

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Vitorio Júnior – PP
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – LEIS**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – 2ª Reunião Solene da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
 - 2.2 – Comissões
- 3 – ORDENS DO DIA**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 4.1 – Comissões
- 5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATAS**



LEIS

LEI Nº 25.715, DE 16 DE JANEIRO DE 2026

Institui a política estadual de recuperação de áreas degradadas ou alteradas e dá outras providências.

Dispositivos da Proposição de Lei nº 26.686, vetados pelo Senhor Governador do Estado e mantidos pela Assembleia Legislativa.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo os seguintes dispositivos da Proposição de Lei nº 26.686:

“(…)

Art. 7º- (…)

(…)

II – o Plano Estadual de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;

III – o Inventário Anual Estadual de Resíduos, Rejeitos e Estéreis de Mineração;

IV – a destinação de resíduos, rejeitos e estéreis de mineração não perigosos para a recuperação de áreas degradadas ou alteradas.

(…)

Art. 15 – Os empreendimentos minerários deverão apresentar, anualmente, plano de disposição de rejeitos e estéreis que contemple a recuperação de áreas degradadas.

§ 1º – A destinação de rejeitos e estéreis de mineração para a recuperação de áreas degradadas será progressiva, iniciando, no primeiro ano, em 5% (cinco por cento) dos resíduos não perigosos gerados, até atingir o percentual de 30% (trinta por cento).

§ 2º – O Estado manterá inventário atualizado dos resíduos de mineração para controle e planejamento ambiental.

Art. 16 – O Estado regulamentará esta lei no prazo de noventa dias.”.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 23 de março de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário

LEI Nº 25.773, DE 23 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de promoção por escolaridade adicional para os servidores ocupantes dos cargos das carreiras de Analista Universitário, Técnico Universitário, Auxiliar Administrativo Universitário, Analista Universitário da Saúde, Técnico Universitário da Saúde e Médico Universitário, previstas na Lei nº 15.463, de 13 de janeiro de 2005.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a conceder promoção por escolaridade adicional aos servidores ocupantes dos cargos das carreiras de Analista Universitário, Técnico Universitário, Auxiliar Administrativo Universitário, Analista Universitário da Saúde, Técnico Universitário da Saúde e Médico Universitário, previstas na Lei nº 15.463, de 13 de janeiro de 2005, para o nível correspondente à titulação adquirida, no primeiro dia útil do mês subsequente à data de publicação do ato de concessão, sem a exigência do cumprimento do interstício de cinco anos de efetivo exercício no mesmo nível.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 23 de março de 2026; 238º da Inconfidência Mineira e 205º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário



ATAS

ATA DA 2ª REUNIÃO SOLENE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 22/3/2026

Presidência do Deputado Tadeu Leite

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Designação de Comissão – Execução do Hino Nacional – Entrega da Declaração de Bens – Compromisso Constitucional – Leitura do Termo de Posse – Assinatura do Termo de Posse – Declaração de Posse – Entrega das Constituições Federal e Estadual – Palavras do Governador do Estado – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Leite – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Gustavo Santana – Vitório Júnior – Adriano Alvarenga – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Arnaldo Silva – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Carol Caram – Cassio Soares – Coronel Henrique – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Doutor Paulo – Dr. Maurício – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Magalhães – Lincoln Drumond – Lohanna – Maria Clara Marra – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Raul Belém – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Thiago Cota – Tito Torres – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Às 10h11min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

– O deputado Vitório Júnior, 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião ao compromisso e à posse do Sr. Mateus Simões de Almeida no cargo de governador do Estado de Minas Gerais, em virtude da renúncia do Sr. Romeu Zema Neto ao referido cargo.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior, presidente do Tribunal de Justiça do Estado; desembargador federal Vallisney de Souza Oliveira, presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região; deputado federal Pinheirinho, representando a Câmara dos Deputados; Paulo de Tarso Moraes Filho, procurador-geral de Justiça do Estado; e conselheiro Alencar Magalhães da Silveira Júnior, representando o presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Durval Ângelo Andrade; a Exma. Sra. Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, defensora pública-geral do Estado; e os Exmo. Srs. vereador Professor Juliano Lopes, presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga, vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral, representando o presidente, desembargador Júlio César Lorens; Gilberto Kassab, secretário de Estado de Governo e Relações Institucionais do Estado de São Paulo; e deputado Gustavo Santana, 1º-secretário desta Casa.

Designação de Comissão

O locutor – A presidência designou comissão para receber e conduzir até o Plenário o Exmo. Sr. governador em exercício, Mateus Simões de Almeida. A Comissão é composta pelos Exmos. Srs. deputado Cassio Soares, líder do Bloco Minas em Frente; deputado João Magalhães, líder do governo; e deputado Noraldino Júnior, líder do Bloco Avança Minas; e das Exmas. Sras. deputada Maria Clara Marra; e deputada Nayara Rocha.

O presidente – Neste momento, a presidência vai interromper os trabalhos para aguardar a chegada do governador em exercício ao Plenário.

– Suspende-se a reunião.

O presidente – Neste instante, com a chegada do governador em exercício, estão reabertos os nossos trabalhos.

O locutor – O Exmo. Sr. governador em exercício, Mateus Simões de Almeida, será recebido neste Plenário pela ala de cadetes da Polícia Militar de Minas Gerais. Os cadetes utilizam o uniforme tradicional azul, originário do Regimento Regular de Cavalaria, e formam uma cúpula de aço, empunhando o Espadim Tiradentes, que simboliza a honra e a dignidade do cadete da Polícia

Militar de Minas Gerais. Neste momento, convidamos os presentes para, de pé, recepcionar o Exmo. Sr. Governador em exercício, Mateus Simões de Almeida.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Ouviremos agora o Hino Nacional, que será interpretado pelo quinteto da Banda Sinfônica do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Entrega da Declaração de Bens

O locutor – A Mesa recebe, neste instante, a declaração de bens do Exmo. Sr. governador em exercício, Mateus Simões de Almeida, a qual é passada às mãos do Exmo. Sr. 1º-secretário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Gustavo Santana. Neste momento, o Exmo. Sr. governador em exercício, Mateus Simões de Almeida, prestará o compromisso constitucional.

– Procede-se à entrega da declaração de bens.

Compromisso Constitucional

O governador em exercício Mateus Simões de Almeida – Prometo manter, defender e cumprir a Constituição da República e a Constituição do Estado, observar as leis, promover o bem geral do povo mineiro e sustentar a integridade e a autonomia de Minas Gerais.

Leitura do Termo de Posse

O locutor – O 1º-secretário, deputado Gustavo Santana, procederá à leitura do termo de posse do Exmo. Sr. Mateus Simões de Almeida no cargo de governador do Estado de Minas Gerais.

O 1º-secretário (deputado Gustavo Santana) – (– Lê:)

“Termo de posse do Exmo. Sr. Mateus Simões de Almeida no cargo de governador do Estado de Minas Gerais. Em 22/3/2026, perante a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no Palácio da Inconfidência, em reunião solene, sob a presidência do deputado Tadeu Leite, compareceu o Exmo. Sr. Mateus Simões de Almeida, vice-governador do Estado de Minas Gerais, o qual, após prestar o compromisso constitucional, tomou posse no cargo de governador do Estado de Minas Gerais, em decorrência da renúncia do Exmo. Sr. Romeu Zema Neto, e, para constar, lavrou-se este termo que vai assinado pelo empossado e pela Mesa da Assembleia Legislativa. Plenário Presidente Juscelino Kubitschek, em Belo Horizonte, aos 22/3/2026.”.

Assinatura do Termo de Posse

O locutor – Neste momento, convidamos o Exmo. Sr. Mateus Simões de Almeida a assinar o termo de posse no local indicado pelo Cerimonial.

– Procede-se à assinatura do termo de posse.

Declaração de Posse

O presidente – Neste momento, em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, declaro empossado no cargo de governador do Estado de Minas Gerais o Exmo. Sr. Governador Mateus Simões de Almeida.

Entrega das Constituições Federal e Estadual

O locutor – Neste instante, a presidência entrega ao Exmo. Sr. Mateus Simões, governador do Estado de Minas Gerais, a Constituição Federal e a Constituição Estadual, como contribuição do Poder Legislativo ao governo que ora se inicia.

– Procede-se à entrega das Constituições Federal e Estadual.

Palavras do Governador do Estado

Presidente Tadeu Martins Leite, a quem agradeço por cada palavra e gesto que tem sempre comigo, um norte-mineiro que comanda esta Casa em nome de todas as Minas e como representante das Gerais; presidente Luiz Carlos Corrêa Júnior, juiz completo e nato, ponderado, sereno, firme e técnico; procurador-geral de Justiça Paulo de Tarso, que guia com precisão o Ministério Público na direção das soluções concretas para problemas reais, bandidos presos e políticas públicas avançando; defensora-geral Raquel Dias, nossa companheira de construção das mais importantes composições coletivas da história do País; todos amigos, mal nenhum, constrangimento nenhum em dizer isso, trabalhamos juntos, juntos por Minas Gerais; deputado federal Pinheirinho, representando o presidente da Câmara dos Deputados, deputado federal Hugo Motta; presidente do Tribunal Regional da 6ª Região, desembargador Vallisney Oliveira; conselheiro Alencar da Silveira, representando o presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais, desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga, representando o presidente e desembargador Júlio César Lorens; presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Professor Juliano Lopes, meu colega vereador desde 2016; presidente nacional do meu partido, o PSD – Partido Social Democrático – e secretário de Estado de Governo e Relações Institucionais do Estado de São Paulo, Gilberto Kassab; e todos os meus amigos presentes. Cumprimento os secretários, em nome do secretário Marcelo Aro, e as demais autoridades em nome do meu amigo, amigos de meu pai, ex-governador do Estado de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, que me honra muito com sua presença hoje.

Há alguns dias, Christiana perguntou se eu estava ansioso com a chegada da posse. Eu respondi que a minha rotina mudaria pouco, mas isso não respondia a pergunta dela. É verdade que a minha rotina mudará pouco, e isso devo exclusivamente ao governador Romeu Zema, que desde 13/3/2020, quando me nomeou secretário-geral, tarefa que desempenho já há seis anos, com muito orgulho e consciência, delegou a mim o privilégio de coordenar o secretariado do Estado. E devo confessar que já me considerava, àquele tempo, um conhecedor da política e um mineiro rodado pelo interior, porque é de lá que eu venho, mas não podia estar mais enganado. Seis anos depois, conheço uma Minas Gerais institucional e geográfica que nunca imaginei que existisse. E sou muito grato por isso ao governador Romeu Zema e a cada um de vocês. Eu chego hoje ao comando do Estado de Minas Gerais, com experiência sobre a complexa realidade institucional e conhecedor do delicado equilíbrio entre os poderes. Entendo que é necessário promover o exercício pleno das atribuições constitucionais do Executivo, ao mesmo tempo que mantenho em mira as responsabilidades e os limites de cada outra esfera de poder. Só assim a lógica dos freios e contrapesos será de equilíbrio e não de subserviência; de autonomia e não de antagonismo. Tenho o orgulho de conhecer cada um dos deputados aqui presentes como amigos antigos. Entendo que são eles os parlamentares mineiros que têm condição de efetivamente trazer ao governo do Estado o que Minas anseia. Esse é o motivo da alegria que tenho de rodar o Estado com vocês, caminhada que fizemos ao lado do governador Romeu Zema e que vamos continuar a fazer. Os senhores têm o meu compromisso.

Por isso, senhores deputados – aqui representados pelo meu amigo, o equilibrado, dinâmico e jovem presidente deputado Tadeu Martins Leite –, quero aproveitar este momento para dividir com os senhores uma decisão: a de passar os próximos três meses percorrendo, agora como governador, cada uma das regiões do Estado. Faço questão de rodar as 16 regionais, acompanhado sempre dos senhores. Mas quero fazer mais do que visitar. Transferirei, a partir do dia 26, a sede administrativa e a capital do Estado para cada uma dessas regiões, em um reconhecimento de que Belo Horizonte é a nossa capital, mas Minas Gerais é muito grande para ser compreendida à distância. Ao longo dessa jornada, poderei entregar muitas das obras e dos programas que o governador Romeu Zema iniciou. Mas quero ir além, ao lado dos meus deputados. Em cada região, quero ter a oportunidade de fazer os anúncios que vão mudar a face do Estado e plantar a condição de desenvolvimento efetivo e acelerado de Minas. Nós não vamos mais ficar para trás.

Foi também com vocês, deputados, que eu aprendi uma lição muito importante: ouvir os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, porque são eles que formam para mim um mapa exato daquilo que a população quer e de que precisa. Estou falando de prefeitos, desde a minha amiga de infância, a prefeita Elisa, de Uberaba, à minha adversária política mais digna na discussão da recuperação dos corpos no desastre de Juiz de Fora, a prefeita Margarida. Estou falando do ameno prefeito Tuquinha, de Rio Pardo de

Minas, mas também do Coronel Dimas, da mais dinâmica cidade industrial do Estado, a nossa Pouso Alegre. Estou falando de Tampinha e do asfalto na ligação a Taiobeiras, mas também estou falando de Maj. Renato e da ligação de Amanhece, em Araguari, até a divisa com o Estado de Goiás. Estou falando de Luquinhas, responsável pelo maior volume de operações no Leste de Minas e Itabirinha, mas também estou falando de Cinthia, da ativa Cambuí e do sofrimento que é ser cortado pelo meio por uma rodovia como a Fernão Dias.

Não vou falar dos 853 prefeitos, mas quero que todos se sintam reconhecidos por meio dos senhores deputados que os representam aqui. Tenho a alegria de chamar os prefeitos pelo nome, de conhecer as famílias deles e de saber que existem uns que se parecem comigo, como o Guilherme, de Montes Claros, que pode fazer campanha no meu lugar quando chegar o momento da eleição, e que existem outros que eu conheço desde que era menino na política, como o ex-prefeito Adelmo e a minha amiga Ilce Rocha, porque são referências na política, como prefeitos.

Essa minha relação com os prefeitos não foi construída na base do churrasco. Foi construída na base da conversa que os senhores deputados mediarão. Eles partiram de um cenário de uma dívida de bilhões de reais que nós herdamos do governo anterior. E, sim, nós sempre falamos do governo anterior, porque é importante nos lembrarmos de onde viemos para saber onde estamos e para onde vamos. Mas hoje temos parcerias que permitiram, por exemplo, a universalização do Samu; o recorde de repasse de verbas para custeio hospitalar, no Valora Minas; o maior número histórico de cirurgias realizadas no Opera Mais; a construção de centenas de estruturas para receber mamógrafos e tomografias computadorizadas novas; a inauguração de dezenas de serviços de hemodiálise; a construção de cinco hospitais regionais no interior; e o início da construção de um hospital de pesquisa em Belo Horizonte. Eu sei que ainda temos muito a fazer, mas o reconhecimento da dor das cidades com relação à saúde é, para mim, um ponto importante. Foi por isso que nós trocamos os ônibus do Transporta Fácil, do Transporta SUS; foi por isso que nós fornecemos os vacimóveis; foi por isso que nós financiamos os consórcios de saúde. Os prefeitos precisam dessa ajuda, e os deputados nos fazem perceber essa necessidade; os prefeitos não se esqueceram de como foi governar com quem não se importava com eles nem com os mineiros.

Essa minha experiência ao longo desses seis anos me permite compreender que não há possibilidade de futuro melhor para Minas nem para os mineiros sem os nossos servidores públicos. Na educação, 200 mil professores garantem que as nossas crianças sejam adultos capazes de criar as suas famílias, de produzir, de contribuir para o desenvolvimento de Minas Gerais. Nós temos hoje o melhor Ideb da história. Mas eu não posso esquecer que muita coisa ainda precisa ser feita por eles. Também não posso esquecer das mais amadas figuras de todas as escolas, dos nossos quase trinta e cinco mil ASBs, das nossas cantineiras que alimentam as barrigas dos nossos filhos e enchem o coração deles de alegria todos os dias; não posso esquecer de cada porteiro que garante a segurança dos alunos, de cada faxineira que mantém a escola limpa, de cada diretor que garante que as nossas 4 mil escolas estejam sendo reformadas e prontas para os desafios de um mundo tecnológico e dinâmico.

Na segurança pública, foram mais de quinze mil contratados desde o início do governo Zema, policiais militares bem formados e comprometidos com a segurança de cada mineiro; bombeiros amados por todos nós, os nossos amigos certos das horas incertas; policiais civis capazes de entregar bandidos presos e condenados com aplicação de inteligência investigativa e tecnologia de ponta; policiais penais e agentes do socioeducativo que dedicam suas vidas a nos manter em segurança, longe daqueles que precisam estar e se manter presos; cada servidor administrativo, aqueles que cuidam do meio ambiente, dos nossos produtores rurais, dos mais pobres, das mais diversas atividades administrativas, como a nossa infraestrutura ou o recolhimento de impostos. Sem vocês, eu não estaria aqui. É por isso que eu ofereço o meu sincero reconhecimento pelo trabalho e pela competência do servidor público de Minas Gerais.

Tudo isso poderia indicar que não há motivos para ansiedade. Como eu disse para a Christiana, eu poderia estar tranquilo. Afinal, estas são as bases para aquilo que eu pretendo entregar a Minas Gerais no meu governo: relações institucionais sólidas e colaborativas, construção ao lado dos servidores e, acima de tudo, priorização dos interesses da população. Além de divergências

ideológicas ou conveniências corporativistas, são os mineiros que pagam pela estrutura do Estado, é a eles que nós devemos dedicar o nosso trabalho sempre, em primeiro lugar.

Mas essa, ainda assim, não é toda a verdade, eu tenho que confessar. Tenho acordado antes do meu despertador todos os dias ao longo do último mês. O tamanho do Estado, com 22 milhões de habitantes, mais de 24.000km de estradas e mais de 600 mil servidores pode ser o que estaria tirando a paz do meu coração. Mas o desafio que me acorda de manhã mais cedo não é esse. O real desafio é a necessidade de um governo que cuida da melhoria da vida de cada uma das pessoas que vive neste estado.

A verdade é que problemas reais não podem ser resolvidos por planilhas burocráticas nem por vídeos em redes sociais. Temos problemas como o da dona Terezinha Sandra, professora da rede estadual, que eu encontrei em Ubá no mês passado, no meio da lama, quando estava ajudando a limpar o restaurante da filha que foi destruído pela enchente. Entre uma rodada e outra, ela parou para me contar que perdeu 1/3 da sua remuneração no mês passado porque as nossas Secretarias de Educação e de Planejamento recusaram a declaração do médico, o atestado médico que foi assinado por um estrangeiro sem CRM no Brasil.

Agora eu pergunto para os senhores: que culpa tem a dona Terezinha Sandra se o governo federal resolveu contratar um médico sem CRM? Que culpa tem a dona Terezinha Sandra, nossa professora, se aquele era o único médico disponível para atendê-la no posto de saúde? Que culpa tem a dona Terezinha Sandra pelos nossos equívocos, seja da União, seja do Estado, seja do município? Que culpa ela tem? O mais estranho é que, aparentemente, o Estado considera que esse médico é suficiente para atender e cuidar da saúde da vida dela, mas o papel que assina não serve para conceder licença; aparentemente, a burocracia é mais importante que a vida da professora. Existe alguma coisa fundamentalmente errada nisso.

Daqui, de Belo Horizonte, também não dá para conhecer a história do seu Zé Donizete, que visitei quando fui olhar o que estava acontecendo naquela ponte sobre o Rio Grande, que não tem dono, aparentemente. O rio é federal, mas a União diz que a ponte não é dela. Minas diz que não foi Minas que construiu. São Paulo também diz que não foi São Paulo que construiu, apesar de Minas e São Paulo terem estradas que vão até a ponte. A ponte está com fissuras num pilar e teve de ser interditada, e o problema parece que não é de ninguém, mas é do seu José Donizete, que tem uma venda que fica quase na beirada do rio, por onde não passa mais ninguém hoje. Foi dali, vendendo café e pastel frito na hora, que ele tirou o dinheiro para educar os filhos, formar os filhos na faculdade, e é dali que ele tira o sustento dele e da mulher. Que culpa tem o seu Zé Donizete pelo fato de ninguém querer assumir a responsabilidade pela ponte? Para não falar dos mineiros que agora têm que fazer desvios de 100km para conseguir atravessar para o outro lado.

O meu compromisso neste governo é com a dona Terezinha e com o seu Donizete, é com os invisíveis que a burocracia insiste em ignorar, criando problemas que impedem a solução das questões reais, criando problemas que são denunciados por vídeos de internet que não explicam como as soluções vão chegar. Quero garantir para a dona Terezinha: o laudo será aceito, e a senhora receberá o valor dos dias da senhora. Quero garantir ao seu Zé Donizete: a ponte já está sendo reformada com o dinheiro de Minas Gerais. E depois vou mandar um boleto para o Tarcísio, viu, Kassab? Ele tem dinheiro para ajudar. Para o governo federal não vou mandar, porque acho que eles não ajudariam mesmo. Mas o que não pode acontecer é a gente destruir a vida das pessoas porque a nossa realidade acontece longe da delas. Não vou deixar que esse jogo de empurra deixe na indignação gente que precisa efetivamente do governo do Estado.

Ter recebido um estado com as contas equilibradas, como estou recebendo – e sou muito grato ao governador Romeu Zema por isso e também a vocês, deputados, que votaram o Propag e estão nos permitindo avançar –, deixa-me com um desafio diferente do desafio do governador. Um desafio que, tenho certeza, vou contar com o apoio dos senhores para a gente poder levar a cabo.

Quero aproveitar a oportunidade desses dias para dizer à população nesse período que Minas tem pressa, que é inadmissível que uma discussão menor esteja condenando o projeto do rodão a uma paralisia, matando 50 pessoas no anel rodoviário todos os anos porque as estruturas públicas não querem conceder uma última autorização por conta da discussão sobre a CLPI. É inaceitável

que obras relevantes e programas essenciais sejam suspensos por estratégia de interferência política ou ideológica por órgãos de controle.

É intolerável que a violência contra a mulher seja tratada como traço cultural em Minas Gerais, como se isso fosse “tudo bem”. É impensável que facções tentem dominar aglomerados e aterrorizar trabalhadores. Abusos institucionais serão combatidos, mulheres serão protegidas, e o crime organizado será perseguido e expulso de Minas Gerais em todas as frentes, porque Minas não se curvará aos hipócritas nem aos covardes que defendem bandidos e paralisa o Estado.

Minas Gerais pode contar com o meu tempo, o meu trabalho e a minha dedicação integral nesse período. Honrarei os 6.100.000 votos que eu e o governador Romeu Zema recebemos em 2022, mas não é por eles apenas que vou trabalhar; é por cada um dos nossos mineiros.

A verdade, senhores, é que Deus cuidou de cada detalhe da minha vida até aqui, e sou grato e honrado por esse caminho que Ele desenhou para mim todo esse tempo. Não posso deixar de reconhecer, por isso mesmo, terminando a minha fala, o apoio da minha família, o apoio da Christiana, que preside o Servas e, ao meu lado, por mais de vinte anos, é responsável pela minha certeza de que nós precisamos cuidar, sim, daqueles que perdem tudo – não é, amor? –, mas também de que precisamos impulsionar aqueles que querem crescer e incentivar aqueles que podem ir mais longe. Programas como o Leite pela Primeira Infância, o Moradas Gerais, o SOS Águas, o Trajeto Moda, o Minas Forma e o Trilhas de Futuro são prova de um compromisso que você todos os dias me lembra que nós temos de ter com as pessoas que precisam do poder público.

Aos meus irmãos Lucas, Catarina, Taciana, que vieram de longe e trouxeram com eles os amores das minhas vidas, meus sobrinhos: vocês são o meu incentivo máximo para que eu não os decepcione jamais. Aos meus amigos e familiares que torcem, que vibram, que sofrem – porque as críticas são parte da vida pública –, muito obrigado. Eu termino agradecendo à maior e mais importante herança que recebi do governador Romeu Zema: a minha equipe. Sem vocês, não é possível fazer o que precisa ser feito. E eu considero abençoado um homem que pode trabalhar ao lado de quem, como vocês, decidiu servir. Contem comigo. Nós vamos seguir juntos. Juntos por Minas Gerais.

Palavras do Presidente

Muito bom dia a todas e todos. Estou muito feliz de receber a todos aqui, nesta manhã de domingo, um dia tão importante para esta Casa e, obviamente, para todo o Estado de Minas Gerais, dia em que damos posse ao nosso governador Mateus Simões de Almeida.

Aproveitando, já quero cumprimentá-lo, governador, e parabenizá-lo por sua fala, por suas palavras, e, de antemão, reconhecer a relevância de V. Exa. entender a importância de cuidarmos dos 21 milhões de mineiros, através, obviamente, de toda a sua equipe, do governo do Estado, mas especialmente das prefeitas e dos prefeitos, das vereadoras e dos vereadores e das deputadas e dos deputados desta Casa, que são os legítimos representantes dos 21 milhões de mineiros. Meus parabéns a V. Exa. Que Deus o abençoe e o ilumine nessa nova fase de sua vida.

Desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior, presidente, querido amigo do nosso Tribunal de Justiça, é muito bom recebê-lo nesta Casa, mais uma vez. Cumprimento o desembargador federal Vallisney de Souza, presidente do nosso Tribunal Regional Federal da 6ª Região – muito obrigado por sua presença nesta manhã. Cumprimento o querido amigo deputado federal Pinheirinho, representando, neste ato, a Câmara dos Deputados, e na pessoa dele cumprimento todos os deputados e deputadas federais que se fazem presentes nesta manhã, nesta Assembleia de Minas. Procurador-geral de Justiça do nosso Estado de Minas, querido amigo Paulo de Tarso, também é muito bom recebê-lo, mais uma vez, na Assembleia. Cumprimento o querido amigo Alencar da Silveira Jr., ex-membro desta Casa e hoje conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, representando, neste ato, o presidente do Tribunal de Contas Durval Ângelo. Querida amiga Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, nossa defensora pública-geral do Estado, também é muito bom recebê-la neste momento. Vereador Professor Juliano Lopes, presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, na

pessoa de V. Exa. cumprimento todos os vereadores e vereadoras também aqui presentes nesta manhã. Cumprimento o desembargador Carlos Henrique Perpétuo, vice-presidente e corregedor do nosso Tribunal Regional Eleitoral, representando essa importante casa. Secretário de Estado de Governo de São Paulo, Gilberto Kassab, é muito bom recebê-lo, mais uma vez, em Minas Gerais; o nosso abraço, o nosso carinho a V. Exa. Peço licença para cumprimentar a primeira-dama do Estado e presidente do Servas, Dra. Christiana. Na pessoa dela, cumprimento toda a família do nosso governador. Sejam muito bem-vindos. Deputado Gustavo Santana, nosso 1º secretário, um abraço a você. Peço licença, governador: eu apenas represento esta Casa, mas, se esta Casa tem a oportunidade de fazer entregas ao lado do governo do Estado, para os 21 milhões de mineiros, é graças, obviamente, ao trabalho dos servidores dela, mas especialmente aos deputados e deputadas.

Peço-lhes licença para agradecer a presença aqui, neste momento, dos deputados e deputadas: Duarte Bechir, Betinho Pinto Coelho, Vitório Júnior, Adriano Alvarenga, Antonio Carlos Arantes, Arlen Santiago, Arnaldo Silva, Bim da Ambulância, Bosco e Carlos Pimenta, deputada Carol Caram, Cassio Soares, Coronel Henrique, Delegada Sheila, Delegado Christiano Xavier, Doorgal Andrada, Doutor Paulo, Dr. Maurício, Gil Pereira, Grego da Fundação, Gustavo Valadares, Ione Pinheiro, João Magalhães, Lincoln Drumond, Lohanna, Maria Clara Marra, Mauro Tramonte, Nayara Rocha, Neilando Pimenta, Noraldino Júnior, Oscar Teixeira, Raul Belém, Roberto Andrade, Rodrigo Lopes, Thiago Cota, Tito Torres, Zé Guilherme e Zé Laviola. Minha gratidão a todos vocês, amigos e amigas, por nos ajudarem aqui, no dia a dia, a conduzir os trabalhos desta Casa. Cumprimento todos os servidores do governo do Estado por meio do Sr. Marcelo Aro, secretário de Governo, que vejo também aqui, nesta solenidade. O meu abraço também a todas as entidades presentes.

Minhas senhoras e meus senhores, Minas Gerais sempre foi um território onde a história do Brasil encontrou rumo. Das montanhas de Vila Rica, onde ecoaram os ideais de liberdade e da inconfidência, aos grandes momentos da construção da República, nosso Estado aprendeu que as instituições fortes e o diálogo sempre são o melhor caminho para superar desafios e construir o futuro.

É nesse espírito que esta Casa recebe hoje a posse do governador Mateus Simões. Um momento que reafirma a vitalidade da nossa democracia e a importância da convivência harmônica entre os Poderes Executivo e Legislativo, que têm papéis distintos e independentes, mas compartilham uma mesma responsabilidade: trabalhar pelo bem do povo mineiro.

Esta Casa compreende que o desenvolvimento do nosso estado depende da colaboração do compromisso e da maturidade de quem sabe que os grandes desafios públicos não pertencem a um governo ou a um Parlamento: são tarefas que exigem planejamento, coragem e, sobretudo, cooperação institucional. E a história de Minas nos ensina muito sobre essa capacidade. Foi aqui que nasceram lideranças que marcaram profundamente o Brasil. O presidente Tancredo Neves costumava lembrar que “A política é a arte de conciliar”. Essa lição permanece atual e necessária. E foi também outro mineiro – Juscelino Kubitschek – que mostrou ao País que é possível transformar sonhos em realizações quando se governa com coragem, visão e habilidade de conversar. E o povo mineiro também carrega em si estas marcas que atravessam gerações: prudência nas decisões, firmeza nos princípios, capacidade de ouvir e sabedoria para buscar consensos.

Hoje, governador, V. Exa. inicia uma missão importante em um momento que exige muito trabalho, visão de futuro e, ao mesmo tempo, atenção aos avanços já conquistados. Minas enfrenta desafios relevantes: promover crescimento com responsabilidade fiscal, reduzir desigualdades regionais, conviver com os extremos climáticos – e, mais uma vez, a solidariedade desta Casa a todos que estão passando por esse momento complexo, especialmente com as fortes chuvas –, fortalecer os serviços públicos e criar oportunidades para a nossa gente.

A Assembleia vai se manter, como sempre esteve, ao lado dos 21 milhões de mineiros e mineiras. Seremos sempre a Casa dos debates qualificados e da construção de soluções viáveis para os grandes desafios do nosso tempo. É nessa condição que continuaremos contribuindo também para o avanço social, econômico e institucional do nosso estado.

Aqui a diversidade de ideias, o respeito às divergências e a garantia do livre exercício do mandato são valores dos quais não abrimos mão, afinal são eles que fortalecem e contribuem para a tomada de decisões equilibradas e representativas da sociedade. Sabemos que, quando os Poderes e as instituições trabalham com esse espírito, quem ganha é Minas Gerais. E estou certo de que o governador também sabe disso.

E aqui não posso deixar de destacar um detalhe que talvez para alguns possa passar despercebido, mas um servidor efetivo desta Casa chega hoje, neste momento, ao mais alto cargo do nosso estado. V. Exa., antes de chegar ao Poder Executivo, construiu parte da sua trajetória profissional como procurador desta Assembleia. Eu estou certo de que essa vivência no Parlamento certamente contribuirá para o exercício do seu novo mandato.

Governador, nosso estado é feito de memória, de tradição e de um povo que nunca perde a esperança no futuro. Ao assumir o governo, V. Exa. também assume grandes responsabilidades. Os desafios são muitos e urgentes e a história não nos concede pausas. Que sua gestão seja marcada pelo diálogo, pela entrega e pela capacidade de unir esforços em favor do nosso estado e da nossa gente.

Da parte da Assembleia de Minas, reafirmo: estaremos sempre abertos ao debate republicano e igualmente firmes na defesa da autonomia do Legislativo. JK nos ensinou que governar é olhar para a frente sem perder de vista aqueles que mais precisam, é compreender que a governabilidade eficiente deve se traduzir em instrumento real de transformação social. “Nada resiste ao trabalho”, ele dizia. Que possamos, juntos, seguir trabalhando com independência, mas unidos pelo mesmo propósito: melhorar a vida das mineiras e dos mineiros. Parabéns ao novo governador do Estado de Minas Gerais, Mateus Simões. Muito obrigado.

O locutor – Solicitamos a todos que permaneçam em seus lugares até a saída do governador deste Plenário.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 24, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/3/2026

Às 9h9min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira, Ione Pinheiro e Lohanna e o deputado Leleco Pimentel (substituindo o deputado Hely Tarquínio, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Secretaria de Estado de Educação (quatro ofícios em 27/2/2026); da Prefeitura Municipal de Araponga (um ofício em 19/3/2026); do Ministério da Educação (um ofício em 26/2/2026); e da Presidência da República (um ofício em 13/3/2026). A presidência acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como reladoras as deputadas mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 4.820/2025, no 1º turno (deputada Beatriz Cerqueira), e Projeto de Lei nº 4.730/2025, no 1º turno (deputada Ione Pinheiro). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.350/2025 na forma do Substitutivo nº 1 (relatora: deputada Ione Pinheiro); pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.430/2025 na forma do Substitutivo nº 3 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.820/2025 na forma do Substitutivo nº 2 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira). O Projeto de Lei nº 2.483/2024, no 1º turno, é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Leleco Pimentel, aprovado

pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.181/2024 na forma do Substitutivo nº 1, que recebeu parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 20.137/2026, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o funcionamento e a gestão da Escola Estadual Padre José Ribeiro, localizada no Município de Santana da Vargem, com os esclarecimentos que especifica;

nº 20.160/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Ari da Franca, no Município de Belo Horizonte, para avaliar as condições estruturais da escola em razão das obras que estão sendo realizadas no local;

nº 20.161/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater inconsistências verificadas no processo de designação e no processo seletivo simplificado da educação municipal de Matozinhos para o exercício de 2026, bem como a ausência de diálogo entre a prefeitura municipal, os profissionais da educação e a comunidade escolar;

nº 20.187/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a suspensão imediata do Processo de Concorrência Internacional nº 1/2026 – parceria público-privada de manutenção escolar –, até que sejam devidamente esclarecidos os impactos sociais, educacionais e trabalhistas da medida, e para a realização de audiências públicas regionais nas superintendências regionais de ensino afetadas para apresentação de estudo comparativo e realização de debate com as respectivas comunidades escolares, sindicatos e representantes das trabalhadoras e dos trabalhadores, além dos conselhos escolares e do Conselho Estadual de Educação;

nº 20.188/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o Processo de Concorrência Internacional nº 1/2026, relativo à parceria público-privada de manutenção escolar, com os questionamentos que especifica;

nº 20.234/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Colégio São José Escolápias pelos 90 anos de sua fundação;

nº 20.241/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a resposta ao Requerimento nº 11.437/2025, na qual o secretário não apresentou os dados solicitados acerca da ocupação de cargos e funções na rede estadual de ensino, com os esclarecimentos que especifica;

nº 20.242/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para entrega do diploma referente ao voto de congratulações formulado em atenção ao Requerimento nº 20.234/2026;

nº 20.254/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as condições de trabalho, de carreira e de valorização dos especialistas em educação básica do Estado;

nº 20.255/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos, para a comunidade escolar, da ausência da oferta do ensino médio parcial nas escolas da rede estadual no Município de Teófilo Otoni.

Em seguida, é aprovado relatório de visita ao Centro de Internação Provisória São Benedito, da Escola Estadual Jovem Protagonista, realizada em 9/2/2026. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de março de 2026.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

**ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/3/2026**

Às 17h3min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Adalclever Lopes, Professor Cleiton, Sargento Rodrigues, João Magalhães, Zé Guilherme e Zé Laviola (substituindo, respectivamente, o deputado Rodrigo Lopes) e a deputada Nayara Rocha, por indicação da liderança do BFM), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Antonio Carlos Arantes, Ulysses Gomes e Doorgal Andrada. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A presidência informa que os Projetos de Lei nºs 4.966, 5.003, 5.137 e 5.218/2026 foram apreciados em reunião anterior e retira de pauta o Projeto de Lei nº 5.234/2026 por ausência de pressupostos regimentais. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 5.323/2026 (designado relator: deputado João Magalhães). São rejeitadas as Propostas de Emenda nºs 1 a 5. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de março 2026.

Adalclever Lopes, presidente – Beatriz Cerqueira – Professor Cleiton – Sargento Rodrigues.

**ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 23/3/2026**

Às 10h2min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, membro da supracitada comissão. Está presente também o deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a debater, em audiência pública, os impactos da retirada do ensino médio regular diurno na Escola Estadual Geraldo Jardim Linhares, localizada no Bairro Madre Gertrudes, em Belo Horizonte. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Silvana Araújo Amaral da Silva Garofalo, Gilmara Lane Tito Silva e Tânia Maciel Bertolino, professoras de educação básica; e das estudantes Camile Eduarda Pereira Marçal, Victória Hevellyn Braga dos Santos e Mayra Luiza da Silva Fernandes, alunas da Escola Estadual Geraldo Jardim Linhares; e do Srs. Mauro Sérgio da Silva, diretor da Escola Estadual Geraldo Jardim Linhares; e do estudante Samuel Filipe Alves dos Anjos, aluno da Escola Estadual Geraldo Jardim Linhares. A presidenta, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada hoje, às 14 horas, com a finalidade de debater a importância do programa encontro de saberes, ofertado pela Universidade do Estado de Minas Gerais, e proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações aprovados pela comissão com os professores e mestres, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de março de 2026.

Beatriz Cerqueira, presidenta.



ORDENS DO DIA

**ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA,
EM 24/3/2026, ÀS 14 HORAS****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 107/2026, da Mesa da Assembleia, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado a Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior. (PRE originado do RQN nº 11.773/2025, de autoria do deputado Charles Santos e outros.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 111/2026, da Mesa da Assembleia, que reconhece o estado de calamidade pública no Município de Juiz de Fora, em decorrência de desastres provocados por chuvas intensas.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 115/2026, da Mesa da Assembleia, que altera a Resolução nº 800, de 5 de janeiro de 1967, que estabelece o Regulamento Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa, para dispor sobre deveres, vedações e normas de conduta aplicáveis ao exercício da função pública, e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.966/2025, do Tribunal de Justiça, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado relativa ao ano de 2025 e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.003/2025, do procurador-geral de justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2025, para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.137/2026, do Tribunal de Contas, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos, das funções gratificadas e dos proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.218/2026, da Defensoria Pública, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Defensoria Pública do Estado referente aos períodos que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.323/2026, do governador do Estado, que dispõe sobre a revisão geral do subsídio e do vencimento básico dos servidores públicos civis e militares da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.360/2026, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos e proventos dos servidos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.371/2026, do deputado Tadeu Leite, que autoriza o Poder Executivo a doar à União os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 24/3/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.376/2025, do deputado João Magalhães.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 63/2021, do deputado Arnaldo Silva; Projetos de Lei nºs 5.010/2025, da deputada Bella Gonçalves; 323/2019, da deputada Beatriz Cerqueira; 2.119/2024, do deputado Zé Guilherme; 2.860/2024, do deputado Fábio Avelar; 3.290/2025, do deputado Betinho Pinto Coelho; 3.763/2025, do deputado Neilando Pimenta; 3.965/2025, da deputada Lud Falcão; 4.166/2025, do deputado Gil Pereira; 4.258/2025, do deputado Grego da Fundação; 4.276/2025, da deputada Andréia de Jesus; 4.563/2025, do deputado Adriano Alvarenga; 4.634/2025, do deputado Leleco Pimentel; 4.637/2025, da deputada Maria Clara Marra; 4.754/2025, do deputado Gil Pereira; 4.783/2025, dos deputados Noraldino Júnior e Ulysses Gomes; 4.800/2025, do deputado Raul Belém; 4.813/2025, do deputado Bruno Engler; 4.929/2025, da deputada Ana Paula Siqueira; 4.937/2025, do deputado Lucas Lasmar e outros; 4.973, 5.037/2026, do deputado Lucas Lasmar; 5.059/2026, da deputada Lohanna; 5.155/2026, do deputado Raul Belém; 5.302/2026, do governador do Estado; e 5.371/2026, do deputado Tadeu Leite.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 360/2023, do deputado Doutor Wilson Batista; 3.328/2025, do deputado Charles Santos; 4.875/2025, do deputado Ricardo Campos; 4.892 a 4.894/2025, do deputado Zé Laviola; 4.913/2025, do deputado Arlen Santiago; 4.918/2025, da deputada Lud Falcão; 4.922/2025, do deputado Noraldino Júnior; 4.933/2025, do deputado Cassio Soares; 4.935/2025, do deputado Gustavo Valadares; 4.950/2025, do deputado Adriano Alvarenga; 4.978/2025, da deputada Andréia de Jesus; e 5.045/2026, do deputado Elismar Prado.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN
DO DIA 24/3/2026**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.941/2025, do deputado Ulysses Gomes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DA HABITAÇÃO E
DA REFORMA URBANA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11
HORAS DO DIA 24/3/2026**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 24/3/2026**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.480/2023, do deputado Neilando Pimenta; e 5.371/2026, do deputado Tadeu Leite.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.487/2025, do deputado Gil Pereira; 3.522/2022, do deputado Doorgal Andrada; 1.558/2023, do deputado Eduardo Azevedo; 1.631/2023, do deputado Dr. Maurício; 2.088/2024, do deputado Leleco Pimentel; 2.785/2024, da deputada Leninha; 2.902/2024, da deputada Ione Pinheiro; 3.490/2025, da deputada Carol Caram; 3.777/2025, do deputado Betinho Pinto Coelho; 5.234 e 5.302/2026, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 16.626/2026, do deputado Gustavo Valadares; 16.741/2026, da Comissão de Direitos Humanos; 16.762/2026, da deputada Andréia de Jesus; e 16.820/2026, da deputada Carol Caram.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 4ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 24/3/2026**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Resolução nº 85/2025, das deputadas Lohanna, Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira, Bella Gonçalves, Carol Caram, Ione Pinheiro, Leninha, Maria Clara Marra, Marli Ribeiro e Nayara Rocha; e Projeto de Lei nº 2.500/2021, das deputadas Andréia de Jesus, Ana Paula Siqueira, Beatriz Cerqueira, Delegada Sheila e Leninha.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 8/2023, da deputada Andréia de Jesus; e Projeto de Lei nº 4.173/2025, da deputada Maria Clara Marra.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.732 e 4.758/2025, do deputado Leleco Pimentel.

Requerimento nº 16.763/2026, da deputada Andréia de Jesus.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 24/3/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.480/2025, da deputada Maria Clara Marra.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 24/3/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 4.027/2022, do deputado Doutor Paulo.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.574/2021, do deputado Doutor Jean Freire; 3.581/2022, do deputado Antonio Carlos Arantes; e 3.360/2025, da deputada Ione Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 16.416, 16.897, 16.899 e 16.901/2026, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia; e 16.644/2026, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 24/3/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.668/2025, do deputado Thiago Cota.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.180/2023, do deputado Dr. Maurício; e 4.158/2025, do deputado Marquinho Lemos.

Requerimentos nºs 16.490/2026, da Comissão de Administração Pública; e 16.748/2026, da Comissão de Direitos Humanos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 24/3/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.874/2022, do deputado Antonio Carlos Arantes.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.183/2023, do deputado Leleco Pimentel; 2.160/2024, da deputada Maria Clara Marra; 2.533/2024, do deputado Charles Santos; e 5.095/2026, do deputado Hely Tarquínio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.946/2024, do deputado Oscar Teixeira; e 4.471/2025, do deputado Professor Wendel Mesquita.

Requerimentos nºs 16.646, 16.756, 16.847, 16.889 e 16.902/2026, do deputado Antonio Carlos Arantes; 16.718, 16.719 e 16.720/2026, da Comissão de Desenvolvimento Econômico; e 16.721/2026, da deputada Carol Caram.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 24/3/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 944/2019, do deputado Coronel Henrique.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n.ºs 15.198 a 15.222, 15.225 a 15.247, 15.667 a 15.675, 15.677, 15.679, 15.681 a 15.687 e 15.857 a 15.862/2025, da deputada Ana Paula Siqueira; 15.784, 15.785, 15.787 a 15.791 e 15.793/2025 e 16.453/2026, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana; e 16.181/2026, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Bruno Engler, Eduardo Azevedo e Rafael Martins, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/3/2026, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a recomposição das perdas inflacionárias acumuladas entre 2015 e 2025, estimadas em 52,33%, que afetam servidores ativos, inativos e veteranos da segurança pública, bem como seus pensionistas, com a apresentação pelos convidados dos índices apurados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo referentes aos anos de 2022, 2023, 2024 e 2025, em cumprimento ao disposto na Lei nº 24.260, de 2022.

Sala das Comissões, 23 de março de 2026.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Lohanna e os deputados Mauro Tramonte e Oscar Teixeira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/3/2026, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 3.884/2025, do deputado Betão; de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 3.418 e 4.417/2025, do deputado Doutor Jean Freire; 3.513/2025, da deputada Andréia de Jesus; 4.431 e 4.433/2025, do deputado Bosco; 4.517/2025, do deputado Lucas Lasmar; 4.554/2025, da deputada Bella Gonçalves; 4.567/2025, do deputado Ulysses Gomes; 4.575/2025, do deputado Leandro Genaro; 4.579/2025, do deputado Lincoln Drumond; 4.648/2025, da deputada Ana Paula Siqueira; 4.702/2025, da deputada Ione Pinheiro; e 4.703/2025, da deputada Maria Clara Marra; de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.304/2025, do deputado Cristiano Silveira; de votar, em turno único, o Requerimento nº 16.810/2026, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, e os Requerimentos n.ºs 16.850 e 16.852/2026, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de março de 2026.

Professor Cleiton, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social e de Defesa dos Direitos da Mulher

Nos termos regimentais, convoco os deputados Celinho Sintrocet, Leandro Genaro, Leleco Pimentel e Mauro Tramonte, membros da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, e as deputadas Ana Paula Siqueira, Lohanna e Lud Falcão e os deputados Ricardo Campos e Roberto Andrade, membros da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, para a reunião a ser

realizada em 24/3/2026, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de debater, em audiência pública, a relevância e valorização das instituições que contribuem para o fortalecimento e a proteção das mulheres no Estado.

Sala das Comissões, 23 de março de 2026.

Betão, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a deputada Chiara Biondini e os deputados Enes Cândido, Antonio Carlos Arantes, Hely Tarquínio, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/3/2026, às 18h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 5.234/2026, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de março de 2026.

Zé Guilherme, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Regional da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Doce

Nos termos regimentais, convoco os deputados Leleco Pimentel, Adriano Alvarenga, Enes Cândido e Zé Laviola, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/3/2026, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de março de 2026.

Celinho Sintrocel, coordenador.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.373/2025

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do deputado Roberto Andrade, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Desportiva Ecos, com sede no Município de Diamantina.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte, Lazer e Juventude. A primeira comissão examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Desportiva Ecos, com sede no Município de Diamantina, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a prática e a difusão do desporto.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover, desenvolver, fomentar, ampliar e democratizar a prática esportiva e a realização de festividades, além de contribuir para a inclusão social por meio do esporte.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Desportiva Ecos, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.373/2025, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de março de 2026.

Mário Henrique Caixa, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.428/2025

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do deputado Elismar Prado, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Projeto Superação, com sede no Município de Cataguases.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde, para receber parecer. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Associação Projeto Superação, com sede no Município de Cataguases, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover a assistência social, a saúde, a preservação e a conservação do meio ambiente, fomentar o empréstimo de equipamentos e acessórios e promover o voluntariado.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Projeto Superação, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.428/2025, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 18 de março de 2026.

Arlen Santiago, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.982/2025

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do deputado Ulysses Gomes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Monte Olimpo Jiu Jitsu, com sede no Município de Poço Fundo.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte, Lazer e Juventude. A primeira comissão examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Monte Olimpo Jiu Jitsu, com sede no Município de Poço Fundo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a prática e a difusão do desporto.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover e realizar eventos esportivos; oferecer, de forma complementar, atividades gratuitas de educação; e promover a cultura, bem como a defesa e a conservação do patrimônio artístico.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Monte Olimpo Jiu Jitsu, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.982/2025, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de março de 2026.

Mário Henrique Caixa, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.983/2025

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do deputado Eduardo Azevedo, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Sociedade Esportiva Amazonense, com sede no Município de Betim.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte, Lazer e Juventude. A primeira comissão examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Sociedade Esportiva Amazonense, com sede no Município de Betim, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a prática e a difusão do desporto.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover atividades sociais, filantrópicas, assistenciais, promocionais, recreativas e educacionais, bem como incentivar a prática do futebol e de outras atividades esportivas, recreativas e culturais.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Sociedade Esportiva Amazonense, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.983/2025, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de março de 2026.

Mário Henrique Caixa, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 5.371/2026**Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Tadeu Leite, o projeto de lei em epígrafe autoriza o Poder Executivo a doar à União os imóveis que especifica.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 19/3/2026, a matéria foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Administração Pública.

Cabe a este órgão colegiado, preliminarmente, apreciar os aspectos jurídico, constitucional e legal da proposição, nos termos do art. 188 e do art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.371/2026 tem por objetivo autorizar a doação à União de três imóveis de propriedade do Estado localizados no Município de Governador Valadares, para fins de cumprimento de acordo celebrado entre o Estado, a Assembleia Legislativa, a União, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Tribunal Regional Federal da 6ª Região para encerramento do conflito objeto da Ação Civil Pública nº 0066130-96.2013.4.01.3800, homologado pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

A doação de imóveis estaduais é regida pelo disposto no art. 18 da Constituição do Estado e no art. 76 da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Além das exigências de autorização legislativa e avaliação prévia, a normativa em questão subordina a transmissão gratuita de patrimônio imobiliário à existência de interesse público devidamente justificado.

No caso sob análise, a doação de três imóveis à União é realizada em cumprimento de acordo celebrado no âmbito de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal contra o Estado e a Assembleia Legislativa para fazer reverter ao patrimônio da União o imóvel denominado Edifício Carlos Drummond de Andrade, situado na Rua Martim de Carvalho, nº 94, bairro Santo Agostinho, no Município de Belo Horizonte. Em troca desses imóveis, a União se compromete a alterar o contrato de doação do

referido edifício, para que a destinação originalmente prevista (atividades de assistência social) seja substituída por destinação ao funcionamento da Assembleia Legislativa.

Frente a tal cenário, apesar do previsto no § 8º do art. 8º da Lei nº 24.633, de 28 de dezembro de 2023, reputamos desnecessária a previsão de cláusula de reversão dos imóveis ao patrimônio do Estado, na hipótese de descumprimento das destinações assinaladas, uma vez que a doação em exame se dá no contexto de um negócio jurídico multifacetado. Embora a solução técnica de encaminhar a transmissão como gratuita seja compreensível nesse contexto, as operações sob apreço não são verdadeiramente gratuitas, já que, como contraprestação a elas, a União se obriga a modificar a cláusula de destinação inscrita na doação do Edifício Carlos Drummond de Andrade em favor do Estado.

Ademais, ainda que os projetos de lei de autorização de alienação de imóveis sejam em regra baixados em diligência para oitiva do doador e do donatário, entendemos que, no caso específico da proposição sob estudo, esse expediente se mostra desnecessário, tendo em vista que tanto o termo de composição, no qual constam manifestações formais de vontade do Estado, da Assembleia, da União, do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Trabalho e do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, quanto a decisão de homologação foram juntados ao processo.

À luz das normas constitucionais e legais que regem a alienação de imóveis públicos, e considerando as informações e os documentos constantes nos autos, não há óbice à tramitação da matéria.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 5.371/2026.

Sala das Comissões, 23 de março de 2026.

Doorgal Andrada, presidente e relator – Thiago Cota – Zé Laviola – Maria Clara Marra – Lucas Lasmar – Cristiano Silveira.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 5.371/2026

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do deputado Tadeu Leite, o projeto de lei em epígrafe autoriza o Poder Executivo a doar à União os imóveis que especifica.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição na forma original.

Vem agora a matéria a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.371/2026 pretende autorizar o Poder Executivo a doar à União os seguintes bens:

(a) imóvel com área de 1.200m², situado à Rua Marechal Floriano e registrado sob o nº 17.199, no Livro 3-C do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Governador Valadares;

(b) imóvel com área de 587,24m², situado à Rua Marechal Floriano e registrado sob o nº 9.064, no Livro 2 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Governador Valadares; e

(c) imóvel com área de 850m², situado à Rua Vereador Omar de Magalhães e registrado sob o nº 30.735, no Livro 2 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Governador Valadares.

Ainda, a proposição estabelece que os dois primeiros imóveis se destinam ao funcionamento do Tribunal Regional Federal da 6ª Região e do Ministério Público Federal, e que o terceiro imóvel se destina ao funcionamento do Ministério Público do Trabalho, bem como esclarece que as doações serão realizadas em cumprimento de acordo celebrado entre o Estado, a Assembleia Legislativa, a União, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Tribunal Regional Federal da 6ª Região para encerramento do conflito objeto da Ação Civil Pública nº 0066130-96.2013.4.01.3800, homologado pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Em seu exame, a Comissão de Constituição e Justiça apontou as normas que regem a alienação de imóveis públicos e explicou, em vista das particularidades do caso concreto, a desnecessidade de inclusão de cláusula de reversão e de realização de diligência para oitiva do Poder Executivo e da União. Considerando as informações e os documentos constantes nos autos, concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria.

No que se refere à análise de competência desta Comissão de Administração Pública, é relevante sublinhar que as doações em apreço se inserem em um acordo celebrado entre o Estado e a União para modificação do contrato de doação do Edifício Carlos Drummond de Andrade, situado à Rua Martim de Carvalho, nº 94, Bairro Santo Agostinho, no Município de Belo Horizonte. Nesse acordo, em troca dos imóveis a serem transferidos pelo Estado, a União se obriga a substituir a destinação originalmente prevista na doação do mencionado edifício (atividades de assistência social) para funcionamento da Assembleia Legislativa.

Em linhas gerais, o propósito do referido negócio jurídico é possibilitar que a Assembleia continue ocupando o Edifício Carlos Drummond de Andrade, no qual funcionam setores internos de importância indiscutível ao exercício das funções típicas do Poder Legislativo, a exemplo da Gerência-Geral de Consultoria Temática, e à prestação de atendimento à sociedade, como o Procon Assembleia.

Tendo isso em vista, parece-nos inequívoco que o projeto em estudo realiza o interesse público, sendo, portanto, conveniente e oportuno.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.371/2026, no 1º turno, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de março de 2026.

Adalclever Lopes, presidente e relator – Sargento Rodrigues – Rodrigo Lopes – Zé Laviola.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 23/3/2026, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 11/3/2026, que nomeou Eduardo Amorim Silva, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

exonerando Adalberto Bragança Lemos, padrão VL-29, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lincoln Drummond;

exonerando Alexandre Augusto Vieira, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lincoln Drummond;

exonerando Anderson Martins dos Santos, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Andrelina Casaverde Sampaio, padrão VL-39, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Antonio Balsa Coelho Neto, padrão VL-40, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Bárbara Tereza Farias Lustosa, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lincoln Drumond;

exonerando Cilene Bispo Ferreira, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lincoln Drumond;

exonerando Conceição Aparecida Duarte Arruda Sebastião, padrão VL-30, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Daniel Fioravante Barbosa, padrão VL-33, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Eloir Domingues Caixeta, padrão VL-49, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Alê Portela;

exonerando Erik Lázaro Soares de Freitas, padrão VL-48, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lincoln Drumond;

exonerando Euzébio Rodrigues Lago, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Gilmar de Sousa Batista Júnior, padrão VL-38, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Gustavo Pereira Arantes, padrão VL-24, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lincoln Drumond;

exonerando Hígor de Almeida Perdigão, padrão VL-48, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lincoln Drumond;

exonerando Ildete Santana Barbosa, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Jacqueline Miranda Alves Pereira, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lincoln Drumond;

exonerando João Batista Mateus de Moraes, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Jônatas Rodrigues Ferreira, padrão VL-51, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lincoln Drumond;

exonerando Jônatas Vinicius Pagani Gomes da Silva, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lincoln Drumond;

exonerando Keith Zaidem Lanini, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lincoln Drumond;

exonerando Leonardo Augusto Lopes Silva, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Maria do Carmo Silva Vidigal Viana, padrão VL-35, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Mauricio Noronha Cortez, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lincoln Drumond;

exonerando Maycon Felipe Rabello Reis, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Mônica de Oliveira Moraes Santos, padrão VL-35, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Nelson Alves da Silva, padrão VL-12, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lincoln Drumond;
exonerando Nilton Aparecido Militão, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;
exonerando Paulo André Nunes, padrão VL-44, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;
exonerando Rafael Camilo de Souza Lelis, padrão VL-12, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lincoln

Drumond;

exonerando Raquel Dias Bicalho Fernandes, padrão VL-38, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lincoln Drumond;

exonerando Sabrina Cristina Borel Vieira, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Sebastião Carlos Sevidanes, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Stepherson Blendol Queiroga, padrão VL-17, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lincoln Drumond;

exonerando Vanessa Luzia da Silva Amorim, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Victor Hugo Teles Neves, padrão VL-43, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Vinícius Superbi Lemos, padrão VL-24, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Wellington Cândido, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Wivertton Gregório Nunes Costa, padrão VL-38, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lincoln Drumond;

nomeando Amanda Ferreira Arantes, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leandro Genaro;

nomeando Hilário Corrêa Franco, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Santuza Moraes Barreto, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência.

REQUERIMENTO

Do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja comunicado seu afastamento para tratamento de saúde no período de 24 a 26/3/2026; e seja concedida, nos termos do art. 54, IV, do Regimento Interno, licença para tratar de interesse particular por 120 dias a partir de 27/3/2026, totalizando 123 dias de afastamento. (– À Mesa da Assembleia.)

TERMO DE ADITAMENTO Nº 51/2026

Número no Siad: 9319097-12

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Plansul Planejamento e Consultoria Ltda. Objeto do contrato: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de garçom, *maître* e supervisor. Objeto do aditamento: revisão do preço para manutenção do equilíbrio financeiro e econômico pactuado no contrato, em decorrência do reajuste salarial da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026 e da majoração do valor correspondente ao transporte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Vigência: a partir da data de assinatura, com efeitos retroativos a 1º/1/2026, inclusive. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001 3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 52/2026**Número no Siad: 9472592-2**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: MCR Sistemas e Consultoria Ltda. Objeto do contrato: aquisição de licenças de *softwares* da marca Adobe. Objeto do aditamento: alteração quantitativa do objeto contratado. Vigência: a partir da data de assinatura, com efeitos retroativos ao início da vigência do Contrato nº 31/2025. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 54/2026**Número no Siad: 9478626-2**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Vitha Service Empresa Administração Terceirização Serviços Ltda. Objeto do contrato: prestação de serviços de porteiros e supervisores, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. Objeto do aditamento: retificação da Cláusula 2.1 – da Garantia Contratual. Vigência: a partir da assinatura.

**ERRATAS****ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 10/3/2026**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 12/3/2026, na pág. 82, sob o título “Requerimentos”, no resumo do Requerimento nº 16.719/2026, onde se lê:

“quem são os proprietários ou possuidores afetados. (– À Comissão de Agropecuária.)”, leia-se:

“quem são os proprietários ou possuidores afetados; e sejam encaminhadas ao referido destinatário as notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a necessidade de políticas públicas do Estado para garantir a segurança econômica dos municípios da bacia leiteira da região do Alto Paranaíba. (– À Comissão de Agropecuária.)”.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/3/2026

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 20/3/2026, na pág. 65, acrescente-se após o resumo do Requerimento em Comissão nº 19.856/2026:

“e sejam encaminhadas ao referido destinatário as notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a necessidade de políticas públicas do Estado para garantir a segurança econômica dos municípios da bacia leiteira da região do Alto Paranaíba;”.